

Governadores querem transferir a dívida mobiliária para sucessores

Os secretários de Fazenda dos quatro Estados mais endividados do País — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — apresentaram ontem alternativas para o refinanciamento de suas dívidas mobiliárias, expressas em títulos, que podem implicar a transferência total dos encargos desse endividamento para os sucessores dos atuais governadores estaduais. A iniciativa da proposta partiu do secretário de Fazenda do Rio, Edgar Gonçalves Rocha, no encontro realizado ontem com o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da Resolução 11 do Senado, que trata das dívidas estaduais.

De acordo com o esquema proposto, os Estados poderiam obter o perdão de uma parcela de até 30% de suas dívidas mobiliárias. Além disso, o atual estoque de títulos seria trocado por outros papéis, de prazos mais longos e juros mais baixos. Os governos estaduais poderiam, ainda, beneficiar-se de um prazo de carência de até três anos para começar a pagar essa dívida, que soma R\$ 28,2 bilhões só nos quatro Estados representados pelos secretários de Fazenda no encontro de ontem no Senado. O resultado dessa combinação de alternativas é que permitiria aos atuais governadores não pagar mais nenhum centavo de suas dívidas mobiliárias, remetendo todo o estoque desses papéis para seus sucessores.

Perdão — O senador Carlos Bezerra explicou aos secretários que, as novas regras para a dívida mobi-



Bezerra: incorporando as propostas dos secretários de Fazenda

liária poderão ser integradas à nova redação da Resolução 11 do Senado ou compor uma lei à parte. Bezerra discutirá essas questões com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, quinta-feira da próxima semana. Uma solução deverá surgir até o final do mês, segundo informou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. O senador é simpático à idéia de se conceder um deságio sobre o estoque da dívida — o que significaria, na prática, perdão para parte dela.

O abatimento de 30% proposto pelo Rio de Janeiro para o estoque

das dívidas mobiliárias é apoiado pelos demais Estados. “O deságio me parece uma boa idéia porque o crescimento da dívida neste ano foi irreal. Ela incorporou todo o impacto da política de juros altos do Governo Federal e o Banco Central foi negligente, não fazendo um tratamento diferenciado para a dívida do setor público”, disse o senador. Bezerra também concorda com o prazo de carência: “Pelo menos, eles pagariam alguma coisa. Do jeito que está hoje, eles rolam 98% da dívida e só pagam, na verdade, 2% dela”, disse.

Prazos — Os secretários de Fazenda foram unânimes em defender uma repactuação da dívida mobiliária. Atualmente, essa dívida é composta por papéis do Banco Central, que pagam os juros altos estabelecidos pelo próprio Governo e têm prazos curtos para sua rolagem. A consequência disso é um crescimento “mais do que geométrico” da dívida, segundo definiu o secretário de Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano. Somente neste ano, a dívida paulista cresceu R\$ 4 bilhões apenas pela incorporação dos juros. Por isso, a idéia é trocar os títulos por papéis de prazos mais longos.

A proposta mais completa e que está mais avançada nas negociações foi apresentada pelo secretário de Fazenda de Minas Gerais, João Heraldo Lima. Ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, ele vem negociando há meses um modelo para o tratamento da dívida de seu Estado com o Governo Federal. As conversas envolvem também os secretários de Fazenda dos demais Estados. A idéia é tratar a dívida de formas diferentes, de maneira que os Estados sejam obrigados a abater uma parte da dívida com venda de patrimônio e recebem incentivo pelas privatizações.

Esse desenho é o defendido pelos outros Estados, com algumas diferenças. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul reivindicaram abertamente o deságio nos títulos e o estabelecimento de um prazo de carência para o pagamento da dívida após sua renegociação.

Geraldo Magela